

X ENCONTRO DA ABCP

Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**QUANDO O TRABALHO ACONTECE EM CASA E NO CAMPO: A RELAÇÃO ENTRE
TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO NA LUTA FEMINISTA DAS TRABALHADORAS
RURAIS**

Fernanda Ferreira Mota (UnB)
Maíres Barbosa de Sousa (UnB)

Belo Horizonte, MG
30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Resumo

Pretende-se explorar neste trabalho a forma como o reconhecimento do trabalho das mulheres do campo na construção de uma identidade de trabalhadoras rurais vem sendo abordado por três movimentos/grupos de mulheres trabalhadoras rurais: Marcha das Margaridas (MM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Mais especificamente, nos interessa saber de que forma essa relação entre trabalho produtivo e reprodutivo é abordada.

Palavras-Chave: Mulheres do campo; Trabalhadoras rurais; Trabalho produtivo.

Introdução¹

As trabalhadoras rurais foram silenciadas e invisibilizadas por nossas leis e políticos, pelo mercado, pela educação e pela sociedade como um todo. Mas elas foram também por, muito tempo, e em alguns contextos até hoje, colocadas em uma posição marginalizada e subalterna em relação a outras mulheres e trabalhadores/as. Nesse contexto, a existência de movimentos e grupos de mulheres trabalhadoras rurais se coloca como um momento/espço dentro do movimento feminista como um todo que se foca na realidade específica dessas mulheres. E nesse espaço, sua luta, como, por exemplo, pela sindicalização e documentação, garantiu uma série de direitos às mulheres do campo, tornando atrizes historicamente excluídas em sujeitos políticos.

Podemos dizer que a realidade específica dessas mulheres é perpassada por inúmeras questões caras à luta feminista e à democracia, mas dentre elas, este trabalho pretende discutir uma questão que parece ser central à experiência dessas mulheres (mesmo que levemos em conta a diversidade de experiências também dentro desse grupo específico): a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Essa relação tem a ver com o não reconhecimento de formas de trabalho exercidas por essas mulheres enquanto tal, o que se relaciona a uma discussão mais ampla sobre a dualidade entre as esferas, mas também a uma discussão sobre trabalho doméstico e trabalho remunerado.

Pretende-se explorar neste trabalho a forma como o reconhecimento do trabalho das mulheres do campo na construção de uma identidade de trabalhadoras rurais vem sendo abordado por três movimentos/grupos de mulheres trabalhadoras rurais: Marcha das Margaridas (MM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Mais especificamente, nos interessa saber de que forma essa relação entre trabalho produtivo e reprodutivo é abordada.

¹ Fernanda Ferreira Mota: Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê (UnB). E-mail: fernanda_politica@yahoo.com.br / Maíres Barbosa de Sousa: Graduanda em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê (UnB). E-mail: mairesbs@gmail.com

Para tanto, foram analisados textos, documentos e cartilhas disponíveis nos sites de cada uma dos movimentos. Além disso, foram realizadas duas entrevistas com: Iridiane Seibert, representante do MMC e Lourdes Silva, representante do MMTR-NE. É importante que se diga que dentre estes movimentos, o MMTR-NE é o que menos disponibiliza informações na internet, o que dificultou um pouco a análise de seus discursos, propostas e ações.

Trabalhadoras rurais: essa luta vem de longe

A organização e articulação das trabalhadoras rurais se fortalece na década de 1980, no contexto de luta pela democratização do país junto à emergência de novos atores e atrizes políticos e dos movimentos sociais. Mulheres do campo se organizaram em todo país pelo direito à sindicalização, participação política nos sindicatos e reconhecimento como trabalhadoras rurais. Até este período, essas mulheres eram atrizes historicamente excluídas e silenciadas pela estrutura masculina dos sindicatos rurais que não permitiam a participação feminina a não ser quando se tinha a autorização da figura do pai, irmão ou marido. A partir de então, a participação sindical das trabalhadoras rurais se amplia e abre caminho para o que viria a acontecer depois, a conquista de direitos sociais e o surgimento de movimentos autônomos.

As mulheres do campo tinham inicialmente como espaço de organização as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Reunidas nos grupos de oração e grupos de mães, elas passaram a perceber uma realidade opressora comum que as colocava numa posição de subordinação. A partir daí, começaram a se mobilizar e a se inserir estrategicamente nos espaços mistos dos sindicatos, na luta por direitos sociais e por um movimento sindical acessível e sem discriminação de gênero (Magalhães, 2008).

Contudo, ressalta Magalhães (2008), as lutas sociais no campo estão marcadas pela presença de mulheres desde a escravatura, portanto são passos transgressores que vêm de longe. E não poderíamos esquecer a trajetória política das precursoras dos movimentos de mulheres no campo, Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves, mulheres que lutaram por justiça social no campo e pela bandeira da reforma agrária, mesmo antes da década de 80. As duas tornaram-se lideranças sindicais mesmo diante da exclusão e barreiras impostas pelas organizações camponesas e sindicatos naquele período (ainda que houvesse a mediação do marido e do pai respectivamente para sua participação sindical).

E foi por uma participação independente da figura masculina e sem discriminação de gênero que as trabalhadoras rurais lutaram pela inclusão nos sindicatos. O sindicalismo rural se estrutura nas décadas de 1950-60, no surgimento das Ligas Camponesas. Contudo, a regulamentação da sindicalização rural só acontece em 1962, como forma de controle dos conflitos e das crescentes mobilizações dos(as) trabalhadores(as) rurais. Já em 1963, criou-se o Estatuto do Trabalhador Rural que estendeu os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores(as) urbanos(as) para trabalhadores(as) do campo, tais como: salário-mínimo, férias remuneradas, registro na carteira de trabalho e licença maternidade. No entanto, pouco se

avança na efetividade desses direitos, uma vez que em 1964 é instaurado o golpe militar no Brasil e com ele o cerceamento das liberdades democráticas.

Portanto, como já mencionando, a organização e mobilização das trabalhadoras rurais quer seja nos sindicatos quer seja nos movimentos autônomos, consolidam-se na década de 1980. É na conjuntura política e social dessa década que a configuração dos sindicatos e movimentos sociais que viriam a surgir passam a ser questionados por essas trabalhadoras. É ainda nesse cenário que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) surge, em 1983, como a representação de um novo modelo de sindicalismo por se opor e contestar o controle do Estado e suas políticas assistencialistas sobre os sindicatos.

Essa nova configuração do sindicalismo junto à segunda onda do feminismo foram muito importantes para o acesso de mulheres a espaços predominantemente masculinos. Exemplo disso foi a criação da Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba, em 1985, na qual as trabalhadoras rurais tiveram papel de destaque, e da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) em 1986, organizada por sindicalistas rurais e urbanas de todo o país. Ainda nesse mesmo ano, as trabalhadoras rurais criaram a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural pela qual foi possível coordenar as reivindicações específicas à realidade das mulheres do campo e promover a discussão das relações de gênero entre as sindicalistas rurais (Delgado, 2008). Essas duas comissões foram fundamentais para a aprovação da política de cotas que garantiu o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção pela CUT em 1993. Logo em seguida, em 1994, o 5º Congresso Nacional da CUT elegeu a primeira Executiva Nacional com esta nova composição.

Se por um lado a inclusão dessas mulheres no sindicalismo rural questionou a composição excludente dos sindicatos, por outro significou uma luta contra a resistência dos mesmos no que diz respeito às relações de gênero que permeavam não somente a estrutura sindical e dos movimentos rurais, mas também a esfera privada.

Como apontando por Deere (2004), para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), as questões de gênero eram inconciliáveis com a luta de classes. As desigualdades de gênero que dificultavam o acesso à terra pelas mulheres nos assentamentos eram ignoradas e vistas como causas que dividiriam o movimento e atrapalhariam a luta pelo direito à terra. O movimento irá reconhecer o direito da mulher à terra em 1996 por meio do Coletivo Nacional de Mulheres do MST.

Posto isso, as mulheres trabalhadoras rurais vão se organizando em movimentos próprios, entendidos como espaços nos quais poderiam falar sobre problemas que lhes eram específicos enquanto mulheres, além de participarem de encontros e congressos em níveis municipais e estaduais. Ainda como destaca Deere (2004), os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) surgem no final dos anos 1980 nas regiões Sul e Nordeste, que já contavam com associações autônomas dessas mulheres nos estados de Santa Catarina, Paraná, Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Sul. Em 1986, com o apoio da CUT e do MST, acontece o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas que contou com a participação de 16 estados e teve como finalidade a criação de uma articulação nacional, contudo optou por fortalecer a criação de redes regionais (Deere, 2008).

A criação de uma rede nacional de mulheres rurais só foi possível em 1995 durante um encontro nacional em São Paulo, conhecida como Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) tinha como objetivo mapear e unificar as organizações de mulheres rurais pelo país. A ANMTR surge no cenário em que os direitos sociais das trabalhadoras rurais, tais como aposentadoria, licença maternidade e documentação pessoal, foram formalmente assegurados pela Constituição de 1988. Portanto, as ações promovidas pela Articulação, dentre outras, eram pra assegurar que esses direitos fossem postos em prática (Deere, 2008).

Dada essa breve descrição da história da organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, faremos uma pequena apresentação dos três movimentos que pretendemos analisar: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), a Marcha das Margaridas (MM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esses três movimentos lutam pela garantia dos direitos formalmente conquistados na Constituição de 88, pelo fortalecimento dos movimentos sociais de mulheres no campo, bem como por questões mais específicas das múltiplas realidades das mulheres do campo.

O MMTR-NE é um movimento que se define como feminista desde o seu surgimento em 1986, influenciado pelo primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas (Deere, 2004). Conta com a atuação dos nove estados nordestinos. Entre as principais pautas do movimento, destacam-se: cidadania da trabalhadora rural, valorização do trabalho produtivo e reprodutivo, preservação do meio ambiente e combate à violência contra a mulher.

A MM (fruto da parceria de movimentos sociais, movimentos feministas e de mulheres e organizações sindicais, tais como MMTR-NE, MST, CONTAG e CUT) teve sua primeira edição em 2000. Inspirada na Marcha Pão e Rosas que aconteceu em Quebec (Canadá) também se colocou como uma forma de homenagear a luta política e social de Margarida Maria Alves. A Marcha luta pelos direitos das mulheres do campo, das águas e das florestas e da cidade. Entre as pautas, destacam-se: a defesa dos direitos trabalhistas e sociais, a valorização e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das trabalhadoras rurais, preservação do meio ambiente e o combate a violência no campo e contra a mulher.

Já o MMC surge em 2004 como resultado da unificação de movimentos autônomos surgidos na década de 1980 e de alguns movimentos dissidentes da ANMTR. É um movimento autônomo e feminista que luta contra o capitalismo e o patriarcado. Entre as suas principais reivindicações, destacam-se: a luta pela garantia do direito à Previdência Social, valorização e

reconhecimento da trabalhadora rural, bem como sua autonomia, preservação do meio ambiente e combate a violência contra a mulher.

Percebe-se que esses movimentos têm lutas em comum, mesmo diante da multiplicidade de experiências das mulheres trabalhadoras rurais – são camponesas, ribeirinhas, pescadoras, posseiras, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, assalariadas rurais em luta por uma vida digna no campo. Dentre essas lutas, poderíamos destacar: a valorização e reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora, a preservação do meio ambiente e o fim da violência contra a mulher.

De forma mais direta, nosso trabalho lida mais especificamente com a valorização da mulher rural enquanto trabalhadora, numa perspectiva que abarca o sentido legal, mas que vai além disso. Mas é importante que se note que tal reconhecimento e tal luta não podem ser dissociados das outras questões aqui mencionadas, como a luta contra a violência ou a preocupação com o meio ambiente. Ou seja, embora a questão do trabalho dessas mulheres envolva elementos específicos, estes não podem ser dissociados do contexto social, econômico e político que envolve a experiência dessas mulheres. Nesse sentido, não há como discutir a posição delas enquanto trabalhadoras e sua luta por esse reconhecimento se não ampliamos nossos horizontes para uma apreensão mais ampla do cotidiano de suas experiências e das estruturas que o moldam.

Esferas da vida, família e diferença

Entre as mudanças trazidas pelo mundo moderno, poderíamos elencar aqui, de acordo com os interesses deste trabalho, a saída da produção de dentro da casa. Tal mudança se deve grandemente à revolução industrial e ao desenvolvimento do capitalismo, e com ela, a relação entre família e trabalho tomou contornos diferentes. Se no mundo pré-moderno, “a separação entre o chão da fábrica e o chão da casa não era claramente estabelecida” (Biroli, 2014, p. 9), neste novo mundo essa separação se mostra bem assentada nos discursos acerca da realidade, que divide o mundo em âmbitos distintos e independentes. Nessa separação, casa e família passaram a ocupar um espaço diferenciado ao pertencente ao trabalho, mas não só, homens e mulheres também foram alocados de formas distintas nesses espaços.

Estamos nos referindo aqui à ideia da dualidade entre as esferas pública e privada que acompanha tal mudança histórica sendo parte dela (num sentido cíclico, dela fundante e por ela fundada). Nessa dualidade, mais que uma alocação aleatória, o pertencimento diferenciado de temas e pessoas a cada um desses espaços evidencia a construção de desigualdades e hierarquias que favorecem a grupos específicos ao mesmo tempo em que coloca outros em posições subordinadas. Isso se dá por meio de uma construção que estabelece naturalidades distintas, legitimadas por discursos morais, também políticos, sobre diferenciados pertencimentos, habilidades e obrigações e que tem como um de seus resultados, distintas possibilidades de autonomia e vida digna a diferentes pessoas.

Outra mudança trazida pela modernidade, totalmente relacionada ao discurso da separabilidade entre mundos e, conseqüentemente, entre sexos é a caracterização de um novo ideal de família. Tal modelo é pautado pela privatização da família e sua legitimação é baseada na heterossexualidade, no casamento, na procriação e na propriedade (Young, 1997), o que se relaciona diretamente com os estereótipos e discursos de interpelação para a ação e comportamento (constituição dos sujeitos) e é direcionado a um ideal específico de condição feminina. Por meio da relação entre sexualidade, procriação e propriedade (Young, 1997, p. 102), o modelo hegemônico de ideal familiar exclui outras formas de organização ao privilegiar apenas uma como a correta e impõe obstáculos à vivência e, mesmo sobrevivência, dos indivíduos que escolhem (ou não) organizarem suas relações familiares de outra forma. O casamento se definiria enquanto uma instituição formadora da família, sendo o alicerce da tríade exposta (sexualidade, procriação e propriedade) e a base para o julgamento sobre legitimidade², assim como a base para privilégios (Young, 1997, p. 101-106). Famílias, seguindo o modelo hegemônico, são formadas por pessoas adultas casadas, que mantêm relações sexuais entre si e podem ter filhos, que estão envolvidas em um contrato que dá legitimidade legal à sua convivência e mais que isso, garante privilégios legais nas negociações acerca dos bens materiais envolvidos nessa relação.

Nessa relação entre os discursos acerca da dualidade das esferas e o modelo hegemônico de família encontramos um ideal de feminilidade como domesticidade, “é como esposa e como mãe que a mulher adentra o universo simbólico da modernidade” (Biroli, 2014, p. 10). Essa nova condição feminina se constrói na ideia de que o mundo doméstico se separa e distingue do mundo do trabalho, e na perspectiva de que esse mundo doméstico é responsabilidade da mulher. Ao mesmo tempo, se o mundo doméstico, num sentido geral, é de responsabilidade das mulheres, as famílias que habitam esse mundo são de responsabilidade única de seus integrantes (novamente estamos falando da relação entre privatização, sexualidade, procriação, propriedade e casamento).

Sobre essas questões, a crítica feminista avançou ao longo da história, num esforço de desconstrução dessas representações e da estruturação desigual da sociedade pelo gênero. A denúncia da falsa separação completa e dicotômica entre as duas esferas avançou expondo como o discurso da separabilidade serve a fins ideológicos e mantém as mulheres em uma posição subordinada. Essas análises também nos mostraram que as esferas são, ao mesmo tempo, separáveis e inseparáveis (Pateman, 1993, p. 19) – sendo que apenas seu caráter separável é levado em consideração. As discussões sobre o pessoal ser político trouxeram tanto

² Embora a sociedade tenha passado por mudanças e mesmo a instituição do casamento tenha se modificado, conferindo a uma parte das mulheres um maior grau de autonomia (sendo justamente a constatação dessas mudanças a causa da urgência de um novo debate sobre os valores envolvendo a família), a instituição do casamento ainda é um significativo regulador das normas sociais, ou seja, ainda opera na definição do que é respeitável e legítimo (Young, 1997, p. 102).

o entendimento do gênero enquanto uma categoria importante para a análise política e social, quanto uma visão de que o poder, as estruturas e as práticas políticas e econômicas estão diretamente ligados às estruturas e práticas da esfera doméstica (Okin, 2008, p. 6).

Acerca da família, embora tenha sido constantemente excluída das discussões políticas e entendida como espaço onde escolhas são possíveis, as hierarquias são poucas e necessárias, não sendo tão drásticas como no mundo exterior a esse espaço, e como um ambiente comandado pela afetividade, ou mais que isso, pelo amor, grande parte da Teoria Feminista mostrou – sendo pautada, também, pela crítica à dualidade entre as esferas – que tais discursos (em alguns casos implícitos, em outros, explicitamente reproduzidos, mas não discutidos a sério politicamente) acerca da família mascaram a subordinação feminina no interior desse espaço e para além dele. O mito das escolhas foi desmascarado e foi colocado em cheque até que ponto podemos falar de escolhas, ou se seriam essas escolhas livres de constrangimentos, e pensando nos incentivos ao casamento que a maioria das mulheres encontra e, mais que isso, nos desincentivos que lhe são impostos quando escolhem um caminho “desviante”, seria difícil sustentar essa ideia (Biroli, 2013). Os contratos de casamento foram evidenciados como alienação feminina por meio do livre acesso a seus corpos por parte dos maridos (Pateman, 1989 e 1993). A divisão sexual do trabalho doméstico foi analisada, seu caráter natural criticado e sua injustiça exposta (Okin, 1989). Analisou-se e questionou-se a ligação entre tal divisão do trabalho e o entendimento do cuidado como algo propício à mulher – o que as sobrecarrega – e como algo privado e específico de cada família, sendo sua responsabilidade apenas do núcleo a que se refere (Young, 1997 e Tronto, 2013). Da mesma forma, criticou-se a ligação entre o cuidado e a pautada pelos valores ligados à um tipo de maternidade (o que não ocorre de forma semelhante com a paternidade) que é ampliado a todas as mulheres como definição de seu ser (Badinter, 2005). Também se criticou o fato de tal divisão também privilegiar o sexo masculino que tem suporte e apoio (emocional e material) dentro do âmbito familiar para dedicar seu maior tempo livre a atividades como estudo, especialização, rede de contatos e mesmo o desenvolvimento do self, o que tem consequências positivas diretas (diferentemente do que ocorre no caso feminino) em suas possibilidades de ascensão tanto no mercado de trabalho (Brenner, 2000) quanto na política (Phillips, 1997 e Young, 1990).

Junto a essas críticas e pensando, principalmente, na ideia de uma condição feminina, a Teoria Feminista também avançou para o entendimento de que, não apenas em termos histórico-lineares essa condição é distinta entre diferentes mulheres, mas um ideal de MULHER, único, enquanto identidade de todas, não existe. Estamos tratando aqui das ideias de *interseccionalidade* e *consubstancialidade*.

A noção de interseccionalidade trabalha com a complexa convergência entre os diferentes eixos que perpassam a vida das pessoas e as constituem enquanto sujeitos, definindo que deveríamos, no mínimo, abordar também questões relativas à classe e à raça, além do gênero,

quando temos a intenção de melhor compreender a subordinação das mulheres. De acordo com Crenshaw (2002),

“(…)é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (Crenshaw, 2002, p. 177)

Poderíamos dizer que nessa perspectiva, os sujeitos são o nó entre esses diferentes eixos; deixar um desses eixos de lado é não apreender esse nó (esse sujeito) em sua totalidade e complexidade: o cruzamento entre esses eixos define formas de opressão e dominação específicas. Ou seja, “a dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades” (Biroli e Miguel, 2015, p. 28). Ao mesmo tempo, é importante que se note que “a preocupação com a multiplicidade da opressão social não significa recusar o entendimento da efetividade específica de cada eixo de dominação” (Biroli e Miguel, 2015, p. 46).

Já a noção de consubstancialidade acrescenta, de forma crítica, ao entendimento interseccional que não somente “nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra” (Kergoat, 2010, p. 99), mas que nenhuma delas, ou sua interação, forma posições pré-definidas, universais e estanques³. Como define Kergoat (2010):

“A ideia de consubstancialidade (...) não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. (...) Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo.” (Kergoat, 2010, p. 100)

Pensando de forma mais específica em nosso objeto de estudo, as mulheres do campo, nos parece extremamente importante ter seguido o caminho aqui proposto. O entendimento da realidade dessas mulheres se dá, em grande medida, pela análise das mudanças socioeconômicas ao longo da história, pela crítica à dualidade das esferas, pela crítica ao ideal de família e a uma condição feminina. Enquanto mulheres, as mulheres do campo compartilham com tantas outras de desigualdades estruturadas pelo gênero. Porém, a forma como essas desigualdades se dão não é a mesma e essas críticas esbarram em limites quando não levam em conta a especificidade das experiências dessas mulheres, suas diferenças e os vários eixos que as constituem enquanto sujeitos. A experiência rural diz muito mais que apenas o espaço geográfico de vivência observado de forma simplista. Esse espaço geográfico ao se relacionar

³ É importante notar que tanto a noção de interseccionalidade quanto a de consubstancialidade acabam dando maior peso à raça e à classe, respectivamente (Biroli e Miguel, 2015; Kergoat, 2010).

com os outros eixos (classe, raça, etnia, religião, escolaridade, dentre outros) dá múltiplas formas de vivências a essas diferentes mulheres.

Se podemos nos questionar até que ponto o chão da fábrica de fato se distinguiu do chão de casa, essa pergunta se faz ainda mais presente no caso das mulheres do campo: a produção acontece em casa e no campo, e o campo é também a casa, as fronteiras aqui são muito mais fluídas do que quando pensamos no meio urbano. Se devemos questionar o modelo hegemônico de família, pensando nas mulheres do campo e em sua multiplicidade de organizações, essa crítica se torna ainda mais urgente: pensemos nas propriedades de terra que por muito tempo foram direito apenas masculino, e a dependência ao casamento que isso trouxe às mulheres, ou nas diferentes organizações familiares que se vivenciam no campo (como por exemplo as dos grupos indígenas e quilombolas). Se a privacidade (como um nível desejável para o desenvolvimento dos sujeitos) se torna difícil enquanto prática no mundo moderno, embora enquanto discurso permaneça, no caso das mulheres do campo novamente somos colocadas frente ao questionamento sobre se tal privacidade seria mesmo possível, ou desejável: novamente, as fronteiras entre casa e campo, família e trabalho, são mais fluídas e as possibilidades de privacidade, nos moldes como as imaginamos, menos prováveis.

Ou seja, ser camponesa não apenas adiciona à experiência de vida dessas mulheres um lugar diferente de morada, mas traz diferentes formas de lidar com o meio em que vivem e com as outras pessoas que dele fazem parte, diferentes obstáculos ao fato de ser mulher, diferentes formas de se ver enquanto mulher, diferentes possibilidades de autonomia, diferentes formas de trabalho, dentre outras diferentes vivências. Não estar atenta a tantas diferenças significa silenciar e invisibilizar uma grande parcela das mulheres e, então, uma parte importante da subordinação feminina.

Mulheres trabalhadoras: produção e valorização

Uma das conclusões que podemos chegar ao observar o cotidiano de diferentes mulheres é que uma possível vivência comum a elas seria a de mulher trabalhadora, o que não significa que essa é uma identidade que se dê da mesma forma para todas. Ao mesmo tempo, podemos perceber que tal identidade não é reconhecida, em sua totalidade, por grande parte da sociedade (incluindo aqui as próprias mulheres), pelo mercado e pelo próprio Estado. Esse não reconhecimento tem a ver com várias questões, mas poderíamos elencar aqui como central a distinção que é construída entre o que é entendido enquanto trabalho e o que não é, acompanhada de outra distinção, a entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que boa parte das atividades desempenhadas por mulheres em seu cotidiano, nos diferentes espaços e âmbitos de sua vivência (a família entre um deles), podem ser consideradas enquanto trabalho. Mas, indo além, entendemos também que esse trabalho, sendo ou não remunerado, formal ou informal, deve ser visto como produtivo. O não reconhecimento das atividades desempenhadas pelas mulheres em seu cotidiano

enquanto trabalho produtivo invisibiliza parte das experiências dessas mulheres, o que contribui para a manutenção de sua posição marginal e subordinada na sociedade. Mas quais atividades seriam essas? Elencamos como resposta, prioritariamente: o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado (entendendo aqui que esses dois tipos de trabalho envolvem relações interpessoais – que são perpassadas e formadas por relações sociais – que podem ser diretas ou não, e são trabalhos que tem como um de seus fins o bem-estar de alguém – entendendo também que em alguns casos, o lucro também pode ser um desses fins).

Para nós, o não reconhecimento dessas atividades como trabalho tem a ver então com: 1) a diferenciação entre *trabalho produtivo* e *trabalho reprodutivo*, como já mencionado; 2) a diferenciação entre *valor de uso* e *valor de troca* e 3) a relação entre *trabalho remunerado* e *trabalho não remunerado*. Em todos esses três problemas estamos lidando com a relação entre valorização e desvalorização de determinados tipos de atividade em nossa sociedade. Isso está diretamente ligado aos sujeitos específicos que são vistos como responsáveis por essas atividades: existe uma forte ligação entre o sexo biológico (feminino) e a responsabilização por determinadas atividades, assim como pela possibilidade destas serem visibilizadas e encaradas como parte importante (em muitos casos crucial) da vida de todas as pessoas, ou seja, serem valorizadas; também existe uma forte ligação entre a classe a que essas mulheres pertencem (quanto mais pobres, mais relacionadas a essas atividades) e sua raça (prioritariamente mulheres negras e, principalmente, dependendo do tipo de atividade).

No entanto, para nós, se é importante notar que essa ligação, embora ganhe contornos naturalizados, é uma construção social, portanto, passível de mudanças, também é importante observar que essa desvalorização, embora ganhe contornos essencialistas, não se dá pelas práticas em si que esses tipos de atividades envolvem (Delphy, 2015; Inman apud Boris, 2014, p. 106), mas se constrói na teia de relações sociais que geram seus sentidos, assim como as hierarquias e desigualdade de poder. Tendo isso em mente, podemos entender que o primeiro problema exposto (a diferenciação entre trabalho produtivo e reprodutivo) se coloca aqui como a não valorização das atividades cotidianas desempenhadas pelas mulheres enquanto um tipo de trabalho produtivo. Da perspectiva adotada, assim como exposto por Delphy, “não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor”, ou seja, “são as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção” (Delphy, 2015, p. 102). Essa classificação age como um mecanismo para que as pessoas envolvidas nesses trabalhos (as vistas enquanto responsáveis por ele) continuem em uma posição de subordinação a outras que se encontram em uma posição privilegiada e se beneficiam da exploração desse trabalho. Sendo assim, é a “disseminada depreciação” desse tipo de trabalho que leva “à subordinação das mulheres, não a

função econômica desse trabalho propriamente dito” que, dentre outras, também produz “a força de trabalho presente e futura” (Inman apud Boris, 2014, p. 106),

Entramos aqui numa questão importante, o que é produzido por essas mulheres que realizam o trabalho doméstico e do cuidado. Parece-nos adequado avaliar que ao menos esse trabalho, seja ele remunerado ou não, produz: a força de trabalho, produtos que estão envolvidos na produção dessa força e produtos que ganham o status de mercadorias, quando esse trabalho é remunerado. Para nós, essa é uma forma de “reorientar a discussão, reconectando produção e reprodução” (Boris, 2014, p. 116), reconhecendo que produção e reprodução são processos inter-relacionados, tendo uma “permanente conexão e constante fluxo de renovação” (Marx apud Andrade, 2015, p. 279). Essas mulheres estão envolvidas na lógica econômica mesmo que não estejam formalmente a ela integradas, da mesma forma, o produto de seu trabalho, visto que é o “suporte do sistema” (Inman apud Boris, 2014, p.107).

No entanto, com esse entendimento sobre o que é produzido por esse trabalho, não queremos transformar quem o executa “em uma ferramenta, um apêndice, um meio para a independência e para a liberdade do outro” (Boris, 2014, p. 117), ao contrário queremos lhe conferir o status de sujeito da ação. Isso quer dizer que nosso foco não está apenas no produto, mas também em tudo o que os sujeitos mobilizam em sua produção (aqui entram a ideia de conhecimento, os investimentos físicos e psicológicos, as horas dedicadas a esse trabalho, dentre outras questões). A visão dessas questões torna-se difícil de ser encarada porque a lógica do capital torna invisível seu papel no “ciclo de produção social organizada”, tornando aparente somente o produto, ou o principal produto, do seu trabalho, o trabalhador.

Chegamos aqui ao segundo problema (a diferenciação entre valor de uso e valor de troca). A ideia de que o trabalho doméstico e do cuidado não são trabalho produtivo se ancora no entendimento de que não teriam um valor de troca, visto que seria “produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia” (Marx apud Andrade, 2015, p. 282). Novamente aqui avaliamos como necessária a percepção de que esse trabalho, as pessoas nele envolvidas e o produto dele não têm um valor intrínseco, mas esse valor lhe é atribuído nas relações e disputas: “os termos valor de troca e valor de uso não designam nem a natureza, nem o valor intrínseco, nem a produtividade do trabalho agregado às diversas produções, mas simplesmente a utilização que dele se faz: o consumo imediato ou mediado pela troca” (Delphy, 2015, p. 107). A questão aqui parece mais estar no espaço onde esses produtos são produzidos que nos produtos e na produção em si. Parecemos, infelizmente, estar novamente caindo na crença de uma divisão completa entre mundo público e privado, onde o que é produzido no privado não tem valor, enquanto o que passa a ser público o tem. Basta imaginarmos que todo o trabalho doméstico e do cuidado que é feito na esfera do lar, entre familiares ou pessoas mais próximas, ganha valor de troca quando sai dessa esfera e adentra o mundo do mercado/público. Poderíamos pensar que nesse primeiro caso, o contrato

que o rege é o do casamento, e que, portanto, as interações relacionadas a ele se dão de forma que o trabalho desenvolvido nessa esfera não é reconhecido enquanto tal; já o segundo caso seria regido por outro tipo de contrato, o que lhe agregaria valor de troca. Nesse sentido, é interesse a reflexão de Delphy, para a autora:

“(...) não há distinção entre valor de uso e valor de troca. O mesmo bem que é consumido e que tem (...) valor de uso para a família também tem naturalmente um valor de troca, visto que pode ser vendido no mercado; por outro lado, se não fosse produzido internamente, deveria ser substituído por seu equivalente comprado no mercado.” (Delphy, 2015, p. 105)

Ainda seguindo a autora, nos deparamos com a constatação de que existem em nossa sociedade dois modos de produção: “o primeiro dá lugar à exploração capitalista”, já “o segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal” (Delphy, 2015, p. 111). Seguindo caminho semelhante, acreditamos que se para alguns “a dilatação do conceito de trabalho produtivo, no sentido de abarcar trabalhos não produtores de mais-valia” pode ser vista como um risco de comprometimento do “entendimento do processo de acumulação capitalista” (Andrade, 2015, p. 293), para nós a não incorporação do gênero é a responsável pela invisibilidade dessas atividades enquanto trabalho produtivo, das pessoas a elas relacionadas (prioritariamente mulheres, pobres e negras) enquanto trabalhadoras e do produto desse trabalho enquanto tendo valor de troca.

Passando para o terceiro problema levantado (a relação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado), a construção dos sentidos acerca do trabalho doméstico e do cuidado enquanto um não trabalho e enquanto algo sem valor de troca quando este é realizado no âmbito privado/familiar, por pessoas próximas, está diretamente relacionado à sua má remuneração no âmbito público (assim como à sua extensa informalidade, ou sua incipiente regulamentação), ou seja, as formas não pagas desse trabalho informam as formas remuneradas e sua desvalorização (Boris, 2014, p. 111), oferecendo, assim, uma racionalização para a justificativa dessa má remuneração. Isso tem uma implicação importante para a desigualdade de gênero, classe e raça. Se por um lado temos uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, por outro lado temos a constatação de que essa entrada se dá em grande parte por meio do trabalho doméstico e do cuidado, principalmente o trabalho doméstico (Sorj, Fontes e Machado, 2007; Sorj, 2014; Biroli, 2015). Na medida em que esse tipo de trabalho tem uma remuneração baixa, grande parte das mulheres que entram no mercado têm também uma remuneração baixa. Além disso, a maior parcela dessas mulheres é negra (Biroli, 2015).

Guimarães nos lembra também que a mercantilização desse tipo de trabalho – “um processo de atribuição de marcas culturais, responsáveis por levar os indivíduos a reconhecer um bem ou serviço como mercadoria, tanto quanto, eu agregaria, a se reconhecerem como provedores desse bem ou serviço mercantilizado” (Guimarães, 2016, p. 71) – se encontra numa

situação em que sua “reversibilidade está estreitamente conectada a visibilidade e reconhecimento” (Guimarães, 2016, p. 72) o que no caso brasileiro se apresenta como um risco sempre presente. Ligado a isso temos também a questão da profissionalização. Nem todas as pessoas que desempenham o trabalho doméstico e do cuidado de forma remunerada têm algum tipo de formação profissional. Isso não significa que elas não tenham conhecimentos acerca desse trabalho, mas esse conhecimento não é valorizado ou visto como tal, e isso é catalisado por uma necessidade de especialização que se torna cada vez mais forte na economia capitalista, o que faz com que tenhamos outro *gap* de reconhecimento, com implicações na remuneração.

Devemos avaliar essas questões como mais uma forma de desigualdade entre mulheres. Na verdade, é como se as hierarquias fossem se acumulando. Estamos tratando aqui então não apenas de um problema de exclusão, mas também de uma inclusão diferenciada. Não poderíamos nos esquecer que de forma transversal, também passam por essas desigualdades a diferenciação entre trabalho imaterial e trabalho servil. Essa diferenciação replica hierarquias dentro do próprio trabalho doméstico e do cuidado, os separando entre o cuidado genuíno com os filhos (ligados à ideia de maternidade e todos os sentidos que mobiliza) e o trabalho de limpeza, por exemplo, ligado a um tipo de trabalho pesado e ainda mais desvalorizado, sendo que essa diferenciação seria a base não só para uma menor remuneração das mulheres que desempenham o segundo tipo de trabalho, mas de uma “estigmatização racial/étnica das mulheres que executam essas tarefas menos privilegiadas” (Roberts apud Boris, 2014, p. 110-111).

Nos é importante observar como esse não reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado enquanto trabalho produtivo se dá no campo, e como isso também interfere nessa hierarquização entre pessoas (de diferentes sexos ou não). Se nesse ambiente as fronteiras entre público e privado, família e trabalho, casa e campo são mais fluídas, mais fácil se torna a invisibilização do trabalho dessas mulheres, ficando esse trabalho perdido entre as responsabilidades diárias naturalizadas em suas obrigações enquanto mulher. Se podemos pensar que o não reconhecimento do cotidiano trabalho doméstico do trabalho do cuidado não remunerados aliados a uma não valorização desse trabalho quando remunerados são um obstáculo à autonomia das mulheres como um todo, quando nos focamos nas mulheres rurais, esse não reconhecimento ganha outras formas que precisam ser discutidas.

Primeiro teríamos que levar em conta o fato de que essas atividades também são diferenciadas no campo, entram como parte do trabalho doméstico e do cuidado não apenas as atividades convencionalmente entendidas pela própria Teoria Feminista, mas também o cuidado com os animais ou a horta, a pesca, o roçado, dentre outras. Também deveríamos ponderar que a questão da mercantilização e profissionalização aqui aparecem de forma diferente, tanto as possibilidades das mesmas como a forma como se dão: a mercantilização não significa a saída

da casa e a profissionalização esbarra em maiores dificuldades de educação, por exemplo, e se coloca como ainda mais distante do tipo de trabalho feito (o que, novamente, está ligado à não valorização desse trabalho). Além disso, ainda haveria o fato de que, embora desvalorizados num sentido geral, quando essas atividades são realizadas por homens o status de trabalho se coloca, assim como sua possibilidade de remuneração, de forma mais presente que no caso das mulheres (mesmo quando esse trabalho contribui diretamente para a renda da família, gerando lucro).

Quando o trabalho acontece em casa e no campo

Pensando na relação entre as questões expostas na seção anterior, partimos agora para a análise de como essas são trabalhadas pelos três movimentos mencionados na primeira parte deste trabalho (MMC, MM e MMTR-NE). Tentaremos também entender como essas questões se apresentam (e antes disso, se são questões que entram mesmo em pauta) quando as ações do movimento dão centralidade à discussão sobre o trabalho produtivo e quando essas ações trabalham na construção de uma identidade de trabalhadora rural.

Tendo uma formação marxista forte, o MMC coloca a ideia de classe como uma de suas bases para a construção da identidade de trabalhadora rural. Ao mesmo tempo, ao se declarar um movimento feminista, essa mesma ideia de classe é trabalhada sem deixar de lado as especificidades do gênero. Tendo um posicionamento que parece seguir a crítica de Delphy (2015) sobre os dois modos de produção que encontramos em nossa sociedade para o MMC a luta deve ser contra o capitalismo e contra o patriarcado.

“É uma luta das mulheres pras conquistas de direitos das mulheres, pela emancipação das mulheres, pela autonomia das mulheres, mas é das mulheres trabalhadoras, esse recorte muito claro de gênero e classe.” (Seibert - MMC, 2016)

“Percebe-se que o patriarcalismo foi criando um estereótipo de sociedade onde as mulheres são encaixadas, desde que, sejam para servir, ficar caladas e dar lucro, inclusive, multiplicando mão-de-obra barata. (MMC, 2008, p. 20)

Propondo que as desigualdades só podem ser eliminadas quando esses dois modos de produção forem o centro das lutas, o movimento traz um discurso que corrobora com a crítica à dualidade entre as esferas aqui apresentada. Em suas cartilhas de formação traçam uma linha explicativa da situação subordinada das mulheres no campo que entrelaça: seu posicionamento dentro da família (desigual entre os sexos) ao interesse do capital, suas poucas possibilidades de vida mais digna (pensando aqui nas doenças, dentre elas a depressão) ao agronegócio e as dificuldades vivenciadas por ela e sua família a uma estrutura de exploração que não valoriza o campo e quem dele faz parte.

“A partir das mulheres, inclusive, é que surge esses debates da questão do enfrentamento aos agrotóxicos, enfrentamento à questão dos transgênicos, das sementes transgênicas (do cuidado, da recuperação, da multiplicação das sementes crioulas) que é um debate muito forte, carregado pelas mulheres por também ser na maioria das vezes as mulheres lá no campo que têm essa responsabilidade, tanto da produção dos alimentos, do auto consumo familiar quanto do cuidado, da preservação das sementes que elas mesmas produzem pra na próxima safra poder continuar reproduzindo os alimentos. (...) As mulheres que vieram trazendo também, a partir do seu debate, esse outro olhar de que não

bastava só a terra, mas precisava da questão do cuidado com o meio ambiente, da agroecologia, de outra forma de produção, outra forma de cuidado.” (Seibert - MMC, 2016)

Em relação ao seu posicionamento na família, em vários momentos, suas cartilhas também tentam mostrar que não há naturalidade na divisão sexual do, que essa divisão coloca os homens (que a elas são próximos) em uma posição privilegiada, mas que também coloca outros grupos (os que se aproveitam da exploração dos trabalhos não pagos ou mal remunerados) nessa mesma posição, e que sua vida cotidiana é a vida de uma mulher trabalhadora.

“O lugar masculino é de vantagem e é por isto que as mulheres precisam buscar o novo e não aceitar a naturalização que as oprime e as faz menos. (...) Bulir em algo enraizado, inclusive, como elemento de cultura, que questiona o Ser Mulher e o Ser Homem e seus papéis na história, é tarefa árdua e constante.” (MMC, 2008, p. 14)

“O capitalista apropria-se do trabalho doméstico de forma gratuita - não entra no cálculo do salário - e sequer o reconhece como trabalho. A exploração aparece misturada a diversos mecanismos vinculados à cultura, às tradições etc., com a aparência de puro afeto (aos filhos e ao marido). Na família, o afeto existe, mas ligado à necessidade de reprodução social capitalista, que nada tem a ver com a afeição, mas sim com a exploração. (...) É companheiras! A exploração do trabalho doméstico é vital para o sistema capitalista! Assim como a exploração do trabalho da mulher camponesa, não reconhecido e nem valorizado tanto na roça como em casa e arredores.” (MMC, 2007, p. 10)

Aqui é interessante notar que como forma de mostrar como o trabalho está presente na rotina das mulheres, as cartilhas propõem que seja confeccionado nos encontros uma espécie de “relógio do dia”, que informe todas as atividades que aquelas mulheres realizam durante todo seu dia. Há a preocupação em mostrar que esse trabalho não é apenas um serviço, uma ajuda ou uma obrigação natural, mas um trabalho que contribui para a sobrevivência daquela família, em termos financeiros (até quando ele não gera lucro direto ou imediato), mas não só. Os diferentes trabalhos realizados por essas mulheres são constantemente lembrados, como uma forma de assentar a construção da ideia de trabalhadora, seguindo o entendimento de que esses trabalhos, seja em casa, no quintal, nos arredores e/ou na roça, são produtivos.

“(…) produzir alimentos é um trabalho produtivo, é um trabalho que gera economia porque a família deixa de comprar no mercado, por exemplo, todo alimento que as mulheres, produzem, elaboram, cuidam, guardam, enfim.” (Seibert - MMC, 2016)

“Então essa questão do trabalho produtivo e reprodutivo, existe uma divisão muito forte de qual é o trabalho do homem e da mulher. Mas as mulheres tão no trabalho produtivo, no reprodutivo. E parte do trabalho considerado reprodutivo é produtivo porque gera renda, gera economia familiar, no seio familiar gera economia, mas ele não é valorizado, não é reconhecido seja ali naquele espaço, seja na sociedade como um todo, não é valorizado, não é reconhecido. E essa é uma batalha que a gente tem feito: demonstrar o quanto as horas de trabalho das mulheres na jornada diária na sua maioria são muito maiores que as dos homens. Elas começam muito mais cedo e vão até muito mais tarde. Ele é intermitente, elas nunca param porque entre uma coisa e outra, entre ir pra roça, voltar, fazer o almoço, aí tem que lavar a louça, aí tem que não sei o quê, aí vai pra roça de novo, aí volta, tira o leite, aí faz a janta. Ele é intermitente até durante a jornada do dia e isso também é muito marcante porque gera essas cargas extenuantes de e também trabalho que muitas vezes depois acarretam em doenças, esgotamento, depressões etc. E isso é muito forte também isso na vida das mulheres do campo e não tem o reconhecimento econômico, né?! Ele não é remunerado. Elas trabalham, trabalham, trabalham, mas não recebem nada. Não recebem ou não têm acesso e não decidem o que fazer com esse recurso.” (Seibert - MMC, 2016)

“(…) quando Marx faz a análise econômica a partir do capitalismo, o trabalho doméstico é considerado trabalho improdutivo, ou seja: não considerado na economia porque não gera mais-valia, possuindo valor de uso e não de troca. Se foi o patriarcado que se encarregou de colocar as mulheres no espaço privado, o capitalismo se encarregou de valorizar o trabalho em âmbito público e desconsiderar o trabalho em parâmetro privado, onde foram postas as mulheres.” (MMC, 2008, p. 21)

É central para o movimento que essas mulheres do campo entendam que são trabalhadoras, que seu trabalho cotidiano deve ser valorizado (por elas, pela sociedade, pelo mercado e pelo Estado). Nesse sentido, ser valorizada enquanto trabalhadora rural é ser vista enquanto sujeito.

“(...) o trabalho doméstico é um trabalho não remunerado, não reconhecido, não valorizado. (...) a gente não sabe, às vezes fala dupla, tripla jornada de trabalho, mas às vezes não dá nem pra contar quantas jornadas são porque as mulheres no campo, além do cuidado da casa, dos filhos, geralmente dos idosos e dos doentes, do trabalho da produção do alimento familiar que é plantar o que vai ser consumido pela família, é processar isso, é guardar sementes. (...) essa questão também da divisão sexual do trabalho no seio familiar, é muito forte também que acarreta sobrecarga de trabalho pras mulheres e que é um trabalho que é desvalorizado, é invisibilizado, não tem valor econômico.” (Seibert - MMC, 2016)

“E, para falar em direito, é preciso se colocar como sujeito de direito; como gente a ser considerada. Houve uma desqualificação das mulheres, inclusive, daquilo que passou a ser tido como tarefas e responsabilidades suas. Na sociedade capitalista, um jeito de continuar a desconsideração sobre as mulheres e seus trabalhos, é romantizando “o ser mãe”, “rainha do lar”, como forma de esconder a penosidade e a sobrecarga de trabalho. Junto a isto, a idéia de que a mulher sempre deve estar pronta, disponível para servir, independente de ter direitos... “faz porque é mulher, portanto, tarefa dela...” Para negar as mulheres como sujeitos de direito, um jeito achado pelo patriarcado, foi a invisibilização delas.” (MMC, 2008, p. 24)

Além disso, é interessante notar a centralidade dada à ideia de autonomia. Extremamente relacionada à questão econômica, essa autonomia também é mostrada como sendo alcançada também a partir do reconhecimento do trabalho desempenhado.

“(...) a partir do momento que a mulher tem uma renda, uma questão que ela consegue dentro da família gerar uma renda e que ela que produz e que isso fica mais visível... Isso também rompe com essa questão da dominação do poder e também vai construindo outras formas de relação no seio familiar. (...) Então isso também é uma coisa que a gente tem construindo muito, assim, dessa questão da busca da autonomia das mulheres (...).” (Seibert - MMC, 2016)

Partindo para a análise do MMTR-NE, observamos que o movimento entrelaça o reconhecimento como trabalhadora rural a um processo de empoderamento e valorização da autoestima. De acordo com a entrevistada, Lourdes Silva, é preciso se empoderar para conhecer seus direitos enquanto cidadã e é se reconhecendo como cidadã que se chega ao reconhecimento de trabalhadora rural (Lourdes-MMTR-NE, 2016). Por isso, um trabalho de base do movimento é instruir, através de uma formação política e feminista, essas mulheres em relação aos seus direitos como cidadãs e trabalhadoras rurais. Além disso, também tem como trabalho, o monitoramento das políticas públicas referentes à documentação das mulheres do campo e da cidade. Isso nos relava duas preocupações do movimento sobre o reconhecimento da trabalhadora rural: o reconhecimento do Estado (as trabalhadoras continuam na luta para que tal reconhecimento seja posto em prática por meio de políticas públicas); a necessidade de um trabalho de base para que as trabalhadoras saibam dos seus direitos.

“Então, saber que eu sou cidadã e tenho os meus direitos, porque ainda existem muitas mulheres que não sabem disso. Algumas a gente trabalhou, são poucas; mas a maioria não acredita. (...) tem muitas que ainda acha assim que não trabalha, que não ajuda; quem trabalha é o marido, mas na verdade a produção maior rural somos nós (...) daí a gente começa a trabalhar em cima do que ela faz, a gente começa a discutir com ela, fazer essa reflexão, que é uma maneira de mostrar que nós somos cidadãs de direitos e que nós produzimos.” (Silva - MMTR-NE, 2016)

Voltando ao processo de empoderamento, nas oficinas e rodas de conversa promovidas pelo MMTR-NE, busca-se que as trabalhadoras rurais percebam uma realidade opressora que invisibiliza e naturaliza todo tipo de trabalho que elas fazem e que as coloca numa posição de submissão em relação aos homens, tirando também sua autonomia econômica. Com essas atividades, objetiva-se que essas mulheres entendam que todo trabalho que elas fazem é produtivo e que a jornada de trabalho delas chega a ser três vezes mais do que a dos homens em decorrência de uma injusta divisão sexual do trabalho:

“A mulher rural levanta cinco horas da manhã tudo bem que você levanta cedo pra trabalhar, aí a mulher levanta cinco, quatro horas da manhã, aí tem esposo, marido, filhos; aí tem galinha, tem porco, tem ovelha pra correr atrás, tem o café da manhã pra fazer, preparar pra todo mundo... Aí depois tem a produção de quintal, todo mundo tem que ter uma hortinha, sabe? E geralmente a gente vai dormir dez horas da noite. (...) O homem vai pra roça, trabalha naquele horário, como todo homem, chega meio dia vai descansar, almoça, deixa o prato na mesa vai descansar e as mulheres na roça. (...) Já pensou se as mulheres, se as mulheres cruzam os braços, se as mulheres rurais cruzar os braços? O desfalque é grande, né?” (Silva - MMTR-NE, 2016)

Pensando nessa valorização e na autonomia econômica, o movimento se preocupa com a geração de renda, e oferece capacitações que fortalecem as experiências produtivas das trabalhadoras rurais além de valorizar a agricultura familiar.

“Pra mulher ter autonomia ela tem que ter a renda dela. A gente trabalha isso mais na conscientização da mulher quando a gente faz essa discussão, essa reflexão com as mulheres de que elas são produtoras; quando a gente começou essa discussão que a gente vê que as mulheres é que fazem a agroecologia, as mulheres são quem produz, os quintais produtivos tudo isso são trabalho das mulheres então elas têm direito à renda delas.” (Silva - MMTR-NE, 2016)

Além disso, a discussão sobre socialização do trabalho doméstico e cuidado com os filhos e reivindicação por dispositivos de cuidado, tais como, creche e escolas mostraram-se presentes durante a entrevista. O que nos leva a discussão sobre a família: deve ser entendido como um espaço de relações justas e igualitárias entre homens e mulheres.

“Aí também a gente trabalha, discute essa relação família, a importância da família, a igualdade na família; mulher, pai e mãe, esse respeito. A gente sempre tem essa preocupação, a gente tem sempre essa reflexão que a família... Aí é onde a gente vê assim o trabalho, onde a gente discute isso com as mulheres e também com os homens, né? A gente busca essas oficinas pra gente ver essa partilha em casa e pra gente ver também o trabalho também, trabalho produtivo e reprodutivo que a mulher. (...) A gente faz essa discussão sobre essa divisão do trabalho.” (Silva - MMTR-NE, 2016)

Percebemos também que o movimento tem espaço para as discussões sobre interseccionalidade, informando trabalhar com as questões de classe, gênero, raça e etnia e seu entrecruzamento. No entanto, tanto na entrevista quanto nas informações do site, a forma como isso é trabalhado não parece clara, mesmo que sua importância seja enunciada.

“A gente tem essa preocupação, a gente trabalha a classe social porque a gente busca mostrar que, assim, igualdade social. Embora a gente seja dividido em classe, quem manda é quem tem dinheiro. E essa questão de raça, o racismo, a gente se preocupa também; é um tema que a gente discute, que a gente faz essa reflexão, tanto a classe social e especialmente o racismo. (...) Porque o negro, e principalmente a mulher negra, sempre foi trabalhar e só discriminação que a gente sempre sofreu e ainda sofre, né? A trabalhadora rural negra, poxa... A autoestima lá embaixo, né? Ser negra, trabalhadora rural, todas essas coisas que sempre pesaram especialmente nas mulheres, mais do que nos homens.” (Silva - MMTR-NE, 2016)

Já a MM também explora como central a questão do reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras e o entendimento das atividades cotidianas enquanto trabalho produtivo. Articulado a esse reconhecimento, também encontramos a crítica à hierarquização de atividades e às valorizações diferenciadas. Novamente temos os eixos classe e gênero sendo trabalhados como indispensáveis na construção do entendimento acerca de uma identidade de trabalhadora rural. Também aqui, nessa construção, patriarcado e capitalismo são problemas centrais.

“(...) é fundamental reconhecer o trabalho das mulheres e questionar a divisão sexual do trabalho. No campo, a divisão sexual das atividades se estrutura a partir das tarefas da casa e do roçado, e na hierarquia entre as tarefas realizadas por mulheres e homens nesses espaços. A separação entre os espaços do roçado e da casa define o que é considerado trabalho pesado e trabalho leve ou, ainda, trabalho e não trabalho.” (MM, 2015a, p. 40)

“No meio rural, a vida das mulheres também é marcada por uma realidade de relações patriarcais. Na grande maioria das situações, os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo de todo mundo, de toda a família.” (MM, 2015a, p. 41)

“O não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista. No capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado, enquanto antes do capitalismo o trabalho consistia no conjunto das atividades necessárias à existência humana. Desta forma o capitalismo instituiu a separação entre esfera produtiva e esfera reprodutiva à qual corresponde a separação entre espaço público e espaço privado. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se tornar uma mercadoria. Nesta lógica o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho, porque não se comercializa. Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil, depende do trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, em casa. A abordagem da economia feminista ampliou o enfoque econômico ao reconhecer o papel fundamental do trabalho doméstico na vida econômica e social.” (MMC, 2011, p. 30)

Da mesma forma, esse reconhecimento também perpassa o enfrentamento da forma como a divisão sexual do trabalho tem se dado nas famílias, extremamente injusta para as mulheres. A crítica à dualidade entre as esferas está presente na construção dos discursos, assim como a crítica a um modelo específico de família (que é sexista). Ao mesmo tempo, não apenas esse modelo hegemônico de família é repensado, mas também a questão das responsabilidades, dessa família, Estado e do mercado (na figura de quem contrata/compra e/ou usufrui esse trabalho).

“Para haver justiça é necessário tornar público e questionar a intensa jornada de trabalho das mulheres, reconhecer a importância dos trabalhos realizados nas esferas da produção e da reprodução para a vida. É preciso ainda que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam reconhecidos como uma responsabilidade a ser compartilhada com toda a família e o Estado (...)” (MM, 2015c, p. 41)

“A divisão sexual do trabalho diz respeito à separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, com uma hierarquia de valor em que o trabalho dos homens sempre é mais valorizado que o trabalho das mulheres. Na base da divisão sexual do trabalho está a idéia de que as mulheres, por serem mães, são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, como se essa atribuição fosse própria da sua natureza.” (MM, 2011, p.29)

“Na divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados é uma obrigação natural e exclusiva das mulheres, e os trabalhos que as mulheres realizam nos quintais, horta, pomar, na criação de pequenos animais, não são reconhecidos como trabalho, quando na realidade, ocupam tempo e fazem parte da economia familiar. Já os trabalhos realizados na área extrativista, agrícola e não agrícola são colocados na invisibilidade, pois, não são reconhecidos, ou quando muito, são considerados como uma ajuda ou complemento ao trabalho do homem.” (MMC, 2011, p. 29)

“Até hoje, no campo brasileiro, é comum que a produção da mulher no trabalho assalariado seja computada como parte da produção do marido. É o caso do proprietário que contrata o vaqueiro ou

caseiro, contando com o trabalho doméstico não remunerado da esposa do trabalhador.” (MMC, 2007, p. 35)

Também faz parte desse reconhecimento a luta pela autonomia, não somente a econômica, mas também a autonomia na formulação de preferências (entendo que estas estão relacionadas).

“A autonomia econômica significa para as mulheres da Marcha das Margaridas ter independência financeira, acesso aos recursos necessários para produzir, controle sobre o seu tempo, mas também ter o controle sobre a próprio corpo e sobre a sua vida. Em resumo, as mulheres devem ter liberdade de decisão, ser donas dos seus destinos e das suas vidas. Com este entendimento para debater autonomia econômica é fundamental o reconhecimento do trabalho das mulheres e o questionamento à divisão sexual do trabalho. (MM, 2011, p. 29).

Outro problema enfrentado por essas mulheres no que se refere a luta por tal reconhecimento, encontra-se nas dificuldades que essas mulheres têm para comprovar que são trabalhadoras rurais diante das instituições e dos órgãos.

“No campo, as mulheres trabalhadoras rurais dedicam cerca de 8 horas por dia para o cultivo de hortas e plantas medicinais e ao trato de pequenos animais. Este trabalho é de extrema importância para fortalecer a relação de cooperação mútua na unidade familiar, para diversificação da produção e o sustento de todos os membros da família. Ainda assim, as mulheres têm muitas dificuldades em comprovar a atividade de trabalhadora rural junto ao INSS.” (MM, 2007, p. 42)

Percebe-se que embora estejam preocupados com um mesmo problema, a situação das mulheres camponesas em nossa sociedade, os caminhos seguidos pelos três movimentos na construção do discurso para a luta não são mesmos. Trabalhamos com três movimentos que se encontram e diferentes situações em relação à sua história e desenvolvimento para a ação, talvez isso justifique também essas diferenças. Em todo caso, é interessante ver que abordando a questão do reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras como algo central, mesmo que seja trabalhada em diferentes graus de centralidade e/ou desenvolvimento teórico a relação entre gênero e classe parece ganhar prioridade na construção da identidade de trabalhadora rural. Nessa relação entre eixos, a ideia de autonomia econômica como objetivo também se coloca como um dos alicerces da luta. Da mesma forma, a ideia de que as múltiplas atividades desempenhadas por essas mulheres em seu cotidiano são trabalho e que esse trabalho é produtivo é uma das bases para o reforço a essa identidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 265-300. Brasília, 2015.

BADINTER, Elizabeth. O novo discurso do método, Capítulo 1. In: Rumo Equivocado: O Feminismo e alguns destinos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Editora Horizonte. Vinhedo, 2013.

_____. Família: novos conceitos. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

_____. Responsabilidades, cuidado e democracia. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 18, p. 81-117. Brasília, 2015.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: Mediações, v. 20, n. 2, p. 27-55. Londrina, 2015.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho; In: Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 101-121. São Paulo, 2014.

BRENNER, Johanna. Women and the politics of class. Monthly Review Press. New York, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre, p. 171-188. Santa Catarina, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. In: Revista Estudos Feministas, 12(1), p. 175-204. Florianópolis, 2004.

DELGADO, Maria Berenice. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). Mulher e política; gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 209-224.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 17, p. 99-119. Brasília, 2015.

GUIMARÃES, Nadya A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. In: Cadernos Pagu (46), p. 59-77. Campinas, 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: Novos Estudos, 86, março, p. 93-103. São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Trajetórias em movimento: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. Tese de doutorado apresentada em 2008.

MARCHA DAS MARGARIDAS (MM). Caderno de textos para estudos e debates, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

_____. Pauta para o Congresso Nacional, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

_____. Pauta de reivindicações para o Governo Federal, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

_____. Caderno de textos para estudos e debates, 2011. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

_____. Caderno de texto para estudos e debates. 2007.
Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

_____. Texto base, 2000. Disponível em:
<http://transformatoriomargaridas.org.br/> Acesso: 12 de out. 2015

Movimento de Mulheres Camponesas. Cartilha: Texto base, 2007. Disponível em:
www.mmcbrazil.com.br/site/. Acesso: 16 de nov. 2015.

_____. Cartilha: Gênero, sexualidade e direitos das mulheres, 2008.
Disponível em: www.mmcbrazil.com.br/site/. Acesso: 16 de nov. 2015.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Disponível em:
<http://www.mmrne.org.br/inicio.html>. Acesso: 10 de jul. 2016

OKIN, Susan. Justice, gender and the family. Editora Basic Books, 1989.

_____. Gênero, o público e o privado (Tradução do original – 1998). In: Revista Estudos Feministas, vol. 16, n. 2. Santa Catarina, 2008.

PATEMAN, Carole. The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory. Stanford: Stanford University Press, 1989.

_____. O contrato Sexual. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

PHILLIPS, Anne. So what's wrong with liberal democracy, Capítulo 6. In: Engendering Democracy. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997.

SEIBERT, Iridiane. Entrevista concedida a Fernanda Mota e Maíres Barbosa. Brasília, 5 de mai. 2016.

SILVA, Maria de Lourdes da. Entrevista concedida a Fernanda Mota e Maíres Barbosa. Brasília, 24 de mai. 2016.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. In: Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 123-128. São Paulo, 2014.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana e MACHADO, Danielle C.. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 573-594. São Luís, 2007.

TRONTO, Joan C. Caring democracy: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. Intersecting Voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy. Princeton University Press. Princeton, 1997.